



Estado do Tocantins
CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO
CNPJ Nº 03.239.140/0001-05

PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 001/2025

SAMPAIO/TO, 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

Acrescenta parágrafos ao Art. 138 da Lei Orgânica do Município de Sampaio/TO para Instituir as Emendas Individuais Impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e Dispõe sobre os Procedimentos para a Justificação de sua não Execução.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º O Art. 138 da Lei Orgânica do Município de Sampaio/TO passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 11, 12, 13, 14 e 15:

“Art. 138.....

(...)

§ 11. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária anual serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida realizada no exercício anterior, sendo que a execução do montante correspondente a 1% (um por cento) será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 12. As programações orçamentárias incluídas por emendas individuais de que trata o § 11 são de execução orçamentária e financeira obrigatória, respeitados os impedimentos de ordem técnica ou legal e desde que os montantes e as destinações cumpram os limites e as condições estabelecidas



Estado do Tocantins
CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO
CNPJ Nº 03.239.140/0001-05

em lei, sendo vedado a apresentação por parte do Executivo Municipal de lei orçamentária anual sem a previsão e destacamento das emendas individuais.

§ 13. Considera-se impedimento de ordem técnica a inviabilidade de execução da programação em virtude da ausência de projeto, licitação, incompatibilidade com o objeto do programa, ou outro impedimento que inviabilize a execução da despesa conforme as normas legais vigentes. Considera-se impedimento de ordem legal a contrariedade a disposições constitucionais, legais ou regulamentares aplicáveis à despesa.

§ 14. A formalização e a justificação de qualquer impedimento à execução das emendas individuais impositivas deverão ser precedidas de comunicação oficial e circunstanciada do Poder Executivo à Mesa da Câmara Municipal e ao Vereador autor da emenda, no prazo de até 10 (dez) dias após a identificação do vício. Nesta comunicação, o Poder Executivo deverá descrever detalhadamente o impedimento, as providências já adotadas e as sugestões para seu saneamento, concedendo prazo mínimo de 30 (trinta) dias para que a Câmara, através do Vereador autor, possa apresentar as devidas informações, correções ou alternativas para viabilizar a execução da programação. Somente após esgotadas as possibilidades de saneamento, e mediante parecer da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara, o impedimento será reconhecido formalmente para fins de não execução.

§ 15. A alocação de recursos a que se refere o § 11 deste artigo não incidirá sobre as despesas para o serviço da dívida e despesas com pessoal e encargos sociais. Para as demais emendas parlamentares não enquadradas no § 11, aplicam-se as condições previstas no § 3º deste artigo. ”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Tocantins
CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO
CNPJ Nº 03.239.140/0001-05

Vereador **ANTONIO FILHO DA CONCEIÇÃO RODRIGUES**
Presidente

Vereador **JOSÉ LOPES DA SILVA**
Vice-Presidente

Vereador **JOZAFÁ GOMES DA COSTA**
1º Secretário

Vereador **MANOEL FILHO BEZERRA DOS SANTOS**
2º Secretário

IRISMAR NEVES DE ABREU SILVA
Vereadora

DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA
Vereador

ELIVAN BARBOSA SOUSA
Vereador

DAMIÃO IVAN DE ANDRADE
Vereador

JOÃO BATISTA NEVES BARBOSA
Vereador



Estado do Tocantins
CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO
CNPJ Nº 03.239.140/0001-05

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de Emenda à Lei Orgânica tem como finalidade primordial aprimorar a participação do Poder Legislativo no processo orçamentário, alinhando o Município de Sampaio às práticas legislativas mais modernas já adotadas nas esferas federal e estadual.

Atualmente, a execução das emendas previstas no **Art. 138º**, **§ 2º**, da Lei Orgânica é meramente autorizativa, dependendo da discricionariedade do Poder Executivo. Isso, muitas vezes, inviabiliza a concretização de importantes demandas apresentadas pelos Vereadores, gerando frustração e distanciamento entre a representação e a efetivação das políticas públicas.

Esta Proposta visa instituir as emendas individuais impositivas, conferindo-lhes caráter de execução obrigatória, através de novos parágrafos ao **Art. 138º**. Fica estabelecido o limite de 2% (**dois por cento**) da Receita Corrente Líquida do exercício anterior, garantindo responsabilidade fiscal. Deste montante, 1% (**um por cento**), ou seja, metade, será obrigatoriamente destinado a ações e serviços públicos de saúde (**§ 11**).

A obrigatoriedade da execução (**§ 12**) somente poderá ser afastada mediante impedimentos de ordem técnica ou legal (**§ 13**), impedindo que as emendas sejam negligenciadas por mera conveniência administrativa.

O ponto crucial desta propositura é o mecanismo de controle e transparência previsto no **§ 14**. Este dispositivo impede que o Executivo utilize impedimentos técnicos de forma arbitrária. O novo procedimento exige a comunicação formal do vício ao Vereador autor e à Mesa Diretora, concedendo prazo para correções e dando à Comissão de Finanças e Orçamento o poder de emitir parecer final sobre a questão, assegurando o acompanhamento efetivo pelo Legislativo.

Ao tornar as emendas impositivas e estabelecer um rigoroso processo de justificação de sua não execução, a Câmara Municipal de Sampaio



Estado do Tocantins
CÂMARA MUNICIPAL DE SAMPAIO
CNPJ Nº 03.239.140/0001-05

ganha um instrumento poderoso para assegurar que os recursos sejam aplicados em áreas prioritárias identificadas pelos representantes mais próximos da população.

Diante do exposto, e ciente da importância de fortalecer a atuação legislativa na definição orçamentária e dar efetividade às demandas da sociedade, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Proposta de Emenda à Lei Orgânica.